

SACHA CALMON NAVARRO COELHO

CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

16.^a edição
revista e atualizada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2018 by

EDITORIA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (0XX21) 3543-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- 1ª edição – 1999
16ª edição – 2018

- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 02.03.2018

- CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

C614c

Coelho, Sacha Calmon Navarro, 1940-

Curso direito tributário brasileiro / Sacha Calmon Navarro Coelho. – 16ª ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-7986-7

1. Direito tributário - Brasil. 2. Direito constitucional - Brasil. I. Título.

18-47891

CDU: 34:351.713(81)

<i>Abreviaturas e Siglas Usadas</i>	XXXIII
---	--------

PARTE I

A Sociedade, o Direito, o Estado e o Tributo

Capítulo I – O Objeto do Direito	3
1.1. O Direito como técnica e como valor	3
1.2. O Direito Tributário, técnica e valor	4
1.3. Direito, sociedade e história	4
1.4. O Direito como produto social – Trabalho, sociedade e cultura – A experiência jurídica e a história dos homens	4
1.5. A moda, a moral, a religião e o Direito – Os sistemas normativos – Liberdade e repressão – Direito e civilização	7
1.6. A inevitável ambiguidade dos sistemas normativos – A questão da justiça – O Direito progressivo.....	9
1.7. O objeto do Direito – Crítica a Carlos Cossio – A perenidade do objeto do Direito.....	11
Capítulo II – O Direito como Objeto	13
2.1. O fenômeno jurídico como objeto de multivárias disciplinas – O Direito Positivo e a Ciência do Direito.....	13
2.2. As categorias do conhecimento jurídico.....	14
2.3. Direito e linguagem – Ordens e normas jurídicas.....	14
2.4. As normas jurídicas e a teoria de Kelsen – Juízos ônticos e deônticos – Normas primárias e secundárias	16
2.5. Normas jurídicas e proposições sobre normas jurídicas – Prescrições jurídicas – O papel dos intérpretes	19

2.6.	Tipologia jurídica – Normas de organização, de competência, técnicas, de conduta ou comportamentais e sancionantes	19
2.7.	Tipos de normas encontradas no Direito Tributário	21
2.8.	Distinção entre normas, leis e proposições jurídicas.....	22
2.9.	Existência, validade e vigência das leis – Aplicabilidade, incidência e eficácia das normas jurídicas	24
Capítulo III	– O Objeto do Direito Tributário e o Direito Tributário como Objeto	27
3.1.	A unidade do Direito – A falsa questão da autonomia dos ramos do Direito	27
3.2.	A relação fisco-contribuinte como objeto do Direito Tributário	27
3.3.	Direito Financeiro e Direito Tributário.....	28
3.4.	A relação tributária – Cerne do Direito Tributário	28
3.5.	O objeto no tempo e no espaço – O papel do sujeito cognoscente	28
3.6.	O Direito Tributário como objeto.....	28
3.7.	Opulência jurídica do Direito Tributário brasileiro – As primícias do intérprete...	29
3.8.	Direito Tributário e Estado.....	29
Capítulo IV	– O Estado e suas Funções.....	30
4.1.	O Estado e o poder de tributar – A repartição de competência para tributar – O estatuto do contribuinte	30
4.2.	As três funções do Estado: legislar, administrar e julgar – A caracterização jurídica dos atos funcionais do Estado sob os pontos de vista material e formal – O Estado e a tributação.....	31

PARTE II

O Direito Tributário que está na Constituição

Capítulo I	– O Direito Tributário da Constituição.....	37
1.1.	A constitucionalização do Direito Tributário brasileiro	37
1.2.	O Direito Tributário da Constituição – Os subsistemas tributários.....	38
1.3.	Conceito de República – República e igualdade – República e representação popular	38
1.4.	República, democracia, representação popular e repartição de Poderes – O controle da Constituição pelo Poder Judiciário	39
1.5.	República, Constituição dirigente e supremacia do Judiciário.....	40
1.6.	Controle de constitucionalidade de lei estadual ou municipal e respectivos atos normativos – Introdução ao estudo do federalismo brasileiro.....	42
1.7.	A natureza jurídica do Estado Federal – Ligeiro esboço comparativo com outras formas de Estado – Características do Estado Federal.....	43
1.8.	Contraste entre o Estado Federal e a Confederação de Estados	44
1.9.	Contraste entre o Estado Federal e o Estado Unitário.....	45
1.10.	O Estado Federal e o exercício do poder de tributar	45
1.11.	A Federação de Estados e a autonomia dos Estados-Membros.....	45

Capítulo II – Os Princípios Gerais do Sistema Tributário da Constituição.....	46
2.1. O sentido do artigo inaugural quanto à repartição das competências tributárias entre as pessoas políticas da Federação.....	46
2.2. A repartição das competências tributárias – Os seus três aspectos relevantes.....	47
2.3. O fundamento do poder de tributar – As pessoas políticas titulares.....	47
2.4. O tributo e suas espécies – Como reparti-los.....	47
2.5. A repartição das competências pela natureza dos fatos jurígenos.....	50
2.6. Competência comum e privativa – As técnicas de repartição.....	50
2.7. Os insumos doutrinários do constituinte – A teoria dos fatos geradores vinculados e não vinculados.....	51
2.8. A teoria dos fatos geradores vinculados e não vinculados enquanto suporte do trabalho do constituinte.....	52
2.9. As técnicas constitucionais de repartição.....	52
2.10. A razão pela qual a competência comum não provoca conflitos entre as pessoas políticas.....	53
2.11. A necessidade de nominar os impostos para depois reparti-los.....	54
2.12. Os empréstimos compulsórios e as contribuições parafiscais em face da teoria dos tributos vinculados e não vinculados.....	54
2.13. Algumas palavras sobre a linguagem do constituinte e o papel dos seus intérpretes.....	55
2.14. A redução dos empréstimos compulsórios e das contribuições parafiscais à tricotomia.....	55
2.15. Os níveis de análise da questão dos empréstimos compulsórios e das contribuições parafiscais: o nível da Teoria Geral do Direito e o nível jurídico-constitucional.....	56
2.16. A classificação jurídica das duas supostas espécies de tributo: contribuições especiais e empréstimos compulsórios – Remissão à Parte III, Capítulos I e II, do presente livro.....	57
2.17. Os princípios da capacidade econômica e da pessoalidade dos impostos como princípios orientadores do exercício das competências tributárias.....	57
2.18. O art. 145, § 2º, ou o papel controlador da base de cálculo dos tributos.....	63
2.19. Apontamentos necessários à compreensão da repartição constitucional de competências tributárias.....	66
 Capítulo III – A Lei Complementar como Agente Normativo Ordenador do Sistema Tributário e da Repartição das Competências Tributárias.....	 68
3.1. As leis complementares da Constituição.....	68
3.2. As leis complementares tributárias.....	69
3.3. O lugar da lei complementar no ordenamento jurídico – O âmbito de validade das leis em geral – Enlace com a teoria do federalismo.....	69
3.4. A lei complementar e seu relacionamento jurídico com a Constituição Federal e as leis ordinárias.....	71
3.5. Como operam as leis complementares em matéria tributária.....	72
3.6. Os três objetos materiais genéricos da lei complementar tributária segundo a Constituição Federal de 1988.....	74

3.7. Conflitos de competência.....	74
3.8. Regulação das limitações ao poder de tributar	76
3.9. Apreciações críticas sobre a matéria em exame	77
3.10. Normas gerais de Direito Tributário	77
3.11. O “poder” das normas gerais de Direito Tributário em particular	79
3.12. O art. 146-A do Texto Constitucional – A preservação da concorrência	80
3.13. Temas constitucionais reservados à lei complementar em matéria tributária	82
3.14. A necessidade de lei complementar prévia para a instituição de impostos e contribuições.....	82
Capítulo IV – Outras Regras de Repartição de Competências Tributárias	85
4.1. A competência múltipla das pessoas políticas	85
4.2. Empréstimos compulsórios – Competência – Regime jurídico.....	86
4.3. Contribuições para-fiscais – Competência – Regime jurídico	89
4.4. Contribuições sociais	92
4.5. Contribuições em prol de entidades privadas: SESI, SESC, SENAI, SENAC, etc.....	94
4.6. Contribuições de intervenção no domínio econômico	95
4.7. Contribuições corporativas	97
4.8. Contribuições de interesse das categorias profissionais	98
4.9. Contribuições em favor das confederações sindicais	99
4.10. Regras constitucionais específicas relativas às contribuições – Alguns detalhes do art. 149	100
4.11. Os pressupostos jurídicos para a instituição de taxas.....	101
4.12. As taxas e os princípios reitores da tributação	102
4.13. Taxas de polícia.....	103
4.14. Taxas de serviço	104
4.15. Teorias errôneas sobre a natureza jurídica das taxas	106
4.16. Ainda a serventia da distinção entre taxas de polícia e de serviços	107
Capítulo V – Limitações ao Poder de Tributar – Imunidades e Temas Afins.....	109
5.1. Limitações: princípios e imunidades – Diferenças – O fenômeno jurídico da interpolação normativa	109
5.2. Imunidade e isenções	110
5.3. Normas impositivas, imunitórias e isençionais – A que se destinam – Como se integram na norma de tributação	111
5.4. Tipologia exonerativa.....	111
5.5. Conceito e efeitos da imunidade	113
5.6. A imunidade, a isenção, os seus efeitos sobre as hipóteses de incidência das normas de tributação	114
5.7. Equívocos da doutrina tradicional.....	114
5.8. A isenção como exclusão de incidência: outro equívoco.....	115
5.9. A alternativa proposta	116

5.10. A diferença entre a exclusão expressa: imunidade e isenções e a não incidência pura ou natural	118
5.11. A questão da não incidência – Conclusão	122
5.12. Exoneração nas consequências das normas de tributação – Quantitativas	122
5.13. Reduções diretas de bases de cálculo e de alíquotas – O efeito das leis que as preveem	122
5.14. Alíquota zero	123
5.15. Isenções parciais	127
Capítulo VI – Princípios Constitucionais em Matéria Tributária: Explícitos, Derivados e Conexos	129
6.1. Princípios expressos e conexos	130
6.2. As funções dos princípios constitucionais	131
6.3. O controle de constitucionalidade das leis a partir da zeladoria dos princípios constitucionais.....	132
6.4. O princípio da legalidade formal e sua evolução em Portugal e no Brasil.....	133
6.5. Legalidade, lei delegada e medida provisória	135
6.6. Os princípios da legalidade, anualidade, tipicidade, irretroatividade e anterioridade, todos juntos	136
6.7. O princípio da legalidade como princípio fundante dos demais – O princípio da tipicidade ou da legalidade material	138
6.8. Exceções ao princípio da legalidade na instituição e na majoração de tributos	144
6.9. Os convênios de Estados-Membros relativos ao ICMS e o princípio da legalidade	145
6.10. Conclusão sobre a submissão dos convênios à lei	150
6.11. As delegações legislativas e o princípio da legalidade da tributação	151
6.12. A crônica do princípio da legalidade material no Brasil.....	151
6.13. Interpretação e princípio da legalidade – Interpretação econômica – Evasão fiscal e elisão – Distinções.....	152
6.14. Ainda sobre a elisão fiscal – o art. 116 do CTN.....	159
6.15. O princípio formal da legalidade da tributação e as medidas provisórias	165
6.16. O princípio da não surpresa do contribuinte (anualidade, anterioridade, lapsos temporais predefinidos).....	168
6.17. Exceções ao princípio da anterioridade e prazo nonagesimal.....	169
6.18. O princípio da anualidade – Seus reflexos na área tributária.....	170
6.19. O princípio da irretroatividade da lei fiscal – Ênfase no imposto de renda em primeiro lugar.....	172
6.20. O princípio da anterioridade – Mecânica de funcionamento em face dos diversos tipos de fatos geradores – Forma, lugar e tempo do pagamento da obrigação tributária – Reserva de lei	174
6.21. A irretroatividade da lei e a retrospectividade	175
6.22. A irretroatividade da lei, da jurisprudência e da decisão administrativa definitiva..	176
6.23. Irretroatividade e ação rescisória	177

6.24. O princípio da igualdade ou do tratamento isonômico	181
6.25. O princípio do não confisco	184
6.26. O princípio do não confisco e as presunções legais	187
6.27. O não confisco como limite ao poder de graduar a tributação	191
6.28. O princípio da unidade federativa – Limitações ao tráfego de pessoas e bens no território nacional – Pedágio	192
Capítulo VII – As Imunidades Genéricas.....	194
7.1. A imunidade intergovernamental recíproca	194
7.2. A imunidade dos templos de qualquer culto, dos partidos, dos sindicatos e das instituições de assistência social e de educação.....	202
7.3. A imunidade dos templos	206
7.4. A imunidade dos partidos	208
7.5. Considerações sobre imunidade das instituições partidárias, religiosas, sindicais, educacionais e assistenciais.....	209
7.6. A imunidade dos livros, jornais, periódicos e do papel destinado à sua impressão	215
7.7. Emenda Constitucional nº 75/2013 e a imunidade tributária da produção musical e literomusical nacional	220
7.8. A determinação de exteriorizar e esclarecer as comunidades sobre os impostos que incidem sobre mercadorias e serviços.....	223
7.9. Exoneração de tributos, matéria sob reserva de lei	225
7.10. O princípio da tributação federal uniforme.....	227
7.11. Substituição tributária progressiva	228
7.12. Isonomia nos títulos da dívida pública e nos vencimentos dos funcionários públicos – Prevalência do Estado Federal	229
7.13. A proibição da isenção heterônoma e as exceções	229
7.14. A revogabilidade das isenções anteriores à Carta	231
7.15. A vedação que proíbe aos Estados, Distrito Federal e Municípios estabelecerem diferenças tributárias em razão da procedência ou destino de bens e serviços de qualquer natureza – O mercado comum brasileiro.....	232
Capítulo VIII – Os Impostos da União, os Princípios e Vedações que lhes são Próprios.....	234
8.1. Os impostos de importação e exportação	234
8.2. O imposto sobre grandes fortunas	235
8.3. O Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	235
8.4. O imposto sobre operações financeiras ou sobre operações de crédito, câmbio, seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários.....	238
8.5. O imposto sobre a propriedade territorial rural.....	239
8.6. O imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza	240
8.7. O imposto de renda periódico e os princípios da anterioridade e da irretroatividade – A lei de regência dos fatos geradores.....	241
8.8. O imposto de renda anual é periódico – A lei aplicável é a vigente antes de iniciar-se o período em que se realizam os fatos jurídicos	245
8.9. A progressividade no imposto de renda	247

8.10. A imunidade dos aposentados e pensionistas com idade superior a 65 anos	247
8.11. A periodização dos impostos e o princípio da anualidade – Aplicabilidade ao imposto de renda.....	248
8.12. A competência privativa e residual da União para instituir novos impostos, contribuições sociais e impostos extraordinários de guerra.....	249
Capítulo IX – Os Impostos dos Estados e do Distrito Federal – Dos Princípios e Vedações que lhes são Próprios.....	251
9.1. Uma introdução crítica ao ICMS	251
9.2. O fato gerador do ICMS em sentido genérico.....	255
9.3. A imunidade do ICMS das operações (interestaduais) que destinem petróleo, lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados e energia elétrica a outros Estados.....	255
9.4. A meia imunidade	256
9.5. As operações com energia elétrica, petróleo e seus derivados (combustíveis líquidos e gasosos, inclusive lubrificantes) – As inovações da Emenda nº 33	256
9.6. Substituição tributária	257
9.7. A alma do ICMS	257
9.8. A não incidência do ICMS nos serviços de comunicação	263
9.9. As alíquotas do ICMS – Competência para fixação	263
9.10. Operações interestaduais a consumidor final noutro Estado.....	264
9.11. As alíquotas seletivas ou a seletividade do ICMS	264
9.12. IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.....	265
9.13. O imposto sobre transmissão <i>causa mortis</i> e doação de quaisquer bens e direitos (o imposto sobre heranças e doações).....	266
9.14. As alíquotas de heranças e doações – Seus fatos jurídicos.....	266
9.15. Heranças e doações e a questão do montante partilhável.....	267
Capítulo X – Os Impostos dos Municípios, Princípios e Vedações que lhes são Próprios....	268
10.1. O IPTU	268
10.2. A progressividade no IPTU	274
10.3. O IPTU e a “planta de valores” genérica.....	277
10.4. O imposto sobre transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos por ato entre vivos	278
10.5. ITBI – Problemas decorrentes da partilha de bens entre vivos	279
10.6. A imunidade de certas transmissões <i>inter vivos</i> de bens imóveis.....	279
10.7. O imposto sobre serviços de qualquer natureza	282
10.8. As alíquotas do ISS.....	284
10.9. A Emenda nº 37/2002 e o ISS	285
Capítulo XI – A Repartição das Receitas Tributárias.....	286
11.1. Formas de repartição das receitas tributárias: direta e indireta	286
11.2. Participação direta dos Estados e do Distrito Federal no produto da arrecadação de impostos federais.....	287

11.3. Participação direta dos Municípios	287
11.4. O fundo ouro	288
11.5. Participações indiretas.....	288
11.6. O fundo compensatório	289
11.7. A vedação de “negociação”.....	289
11.8. O papel do Tribunal de Contas.....	290

PARTE III

O Direito Tributário que está no Código Tributário Nacional e nas Leis Complementares Subsequentes

Capítulo I – O Código Tributário Nacional e o Sistema Tributário Nacional	293
1.1. Advertência prévia sobre o conteúdo compromissório do CTN	293
1.2. O Sistema Tributário Nacional	296
1.3. O caráter jurídico do CTN – Lei complementar <i>ratione materiae</i>	297
1.4. O Sistema Tributário e a Federação	297
1.5. Os dois livros do CTN.....	298
Capítulo II – O Conceito de Tributo.....	299
2.1. A necessidade de o Estado cobrar tributos.....	299
2.2. O conceito jurídico de tributo.....	300
2.3. O tributo no quadro de receitas do Estado	300
2.4. A expansividade do conceito de tributo no Direito brasileiro	301
2.5. O tributo como norma jurídica	303
2.6. A importância do aspecto pessoal na hipótese de incidência tributária.....	304
2.7. A complexidade das fórmulas de cálculo do tributo devido	306
2.8. Os equívocos da doutrina tradicional na consideração do fato gerador dos tributos.....	308
2.9. A estática e a dinâmica da norma tributária – A fenomenologia da incidência da norma tributária	310
2.10. O conceito de tributo no Direito brasileiro, sua excelência dogmática	312
2.11. O tributo como obrigação	314
Capítulo III – As Espécies Tributárias: os Impostos, as Taxas e as Contribuições.....	315
3.1. O tributo como ente jurídico unitário e a sua divisão em espécies – A teoria dos tributos vinculados ou não a uma atuação do Estado relativamente à pessoa do pagante.....	315
3.2. A teoria dos tributos vinculados ou não a atuações estatais e a classificação das espécies	317
3.3. A análise do fato gerador para determinar a natureza jurídica do tributo – Proposta classificatória.....	319
3.4. As contribuições especiais ou parafiscais no Direito brasileiro – Natureza jurídica ...	321
3.5. A especificidade das contribuições previdenciárias e assistenciais sinalagmáticas – Tributos vinculados à atuação estatal – Diferenças entre elas e as contribuições especiais com natureza de impostos	323

3.6. Esforços classificatórios, a importância do tema – A natureza jurídica específica das contribuições especiais referidas na Constituição.....	326
3.7. Fato gerador, base de cálculo, causa e finalidade, confirmando a tese de que os tributos são ou não vinculados a uma atuação do Estado, invalidando a tese do “finalismo”, velha de cem anos	328
3.8. A contribuição de melhoria tipo custo na opção constitucional de 1988	332
3.9. Taxas e preços – Preços públicos e privados	333
3.10. Custas e emolumentos são taxas? É possível distribuir o produto das custas?	339
3.11. Ligeiro esboço histórico sobre as custas	340
3.12. O pedágio, sua natureza jurídica	341
3.13. O pedágio, ligeira crônica.....	343
3.14. Pedágio: preço ou taxa?	343
3.15. Empréstimos compulsórios – Impostos restituíveis.....	344
3.16. Os impostos indiretos visam à capacidade contributiva dos consumidores – As contribuições especiais que repercutem no consumidor final são impostos indiretos cumulativos	344
Capítulo IV – A Competência Tributária	346
4.1. A competência tributária.....	346
4.2. As limitações da competência tributária	347
4.3. Os empréstimos compulsórios no CTN	350
Capítulo V – Os Impostos no CTN	351
Capítulo VI – Impostos Federais	354
6.1. Imposto de importação	354
6.2. Imposto de exportação	356
6.3. Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza	358
6.4. O conceito de renda na doutrina brasileira	359
6.5. Pessoas jurídicas – Sistema para apuração do lucro tributável.....	362
6.6. Lucro real.....	362
6.7. Abandono do lucro real.....	363
6.8. Sistema do lucro arbitrado	364
6.9. Sistema do lucro presumido	364
6.10. Princípios para a apuração do lucro tributável.....	364
6.11. Componentes do lucro real: lucro operacional e resultados de transações eventuais.....	365
6.12. Os resultados das transações eventuais.....	365
6.13. Pessoas físicas.....	366
6.14. Contabilidade em bases mundiais e tributação de empresas no exterior	368
6.14.1. Demonstrações contábeis e Imposto de Renda	368
6.14.2. Tributação de empresas no exterior	370
6.14.3. A originalidade brasileira.....	372

6.15. Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI.....	374
6.16. Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguros e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF.....	379
6.17. Operações de crédito.....	383
6.18. Operações de câmbio.....	384
6.19. Operações de seguro.....	385
6.20. Operações com títulos e valores mobiliários.....	385
6.21. Imposto sobre propriedade territorial rural.....	386
Capítulo VII – Impostos Estaduais	390
7.1. Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.....	390
7.2. Imposto sobre heranças e doações (transmissão <i>causa mortis</i> e doação de quaisquer bens ou direitos).....	392
7.3. O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações – ICMS.....	394
7.4. O fato gerador genérico do ICMS.....	395
7.5. ICMS – Incidência na importação de bens para o ativo fixo e para consumo próprio do estabelecimento, ainda que realizada por pessoas físicas.....	399
7.6. O princípio da não cumulatividade.....	400
7.7. A natureza jurídica do princípio da não cumulatividade.....	401
7.8. O ICMS e o IPI são impostos que somente devem onerar o consumo.....	402
7.9. As exceções constitucionais ao princípio da não cumulatividade.....	403
7.10. O direito universal à dedução dos créditos relativos à aquisição de todo o gênero e a inconstitucional restrição ao direito de compensação por período.....	406
7.11. O princípio da não cumulatividade e a tendência jurisprudencial.....	408
7.12. ICMS – Como apurar o valor devido.....	413
7.13. A Lei Complementar nº 87/96 – Texto básico do regramento do ICMS – Alguns apontamentos.....	414
7.14. A tributação dos combustíveis e da energia elétrica.....	424
7.15. A tributação do transporte de passageiros.....	424
Capítulo VIII – Impostos Municipais	428
8.1. Imposto sobre a transmissão <i>inter vivos</i> de bens imóveis a título oneroso (exceto doações).....	428
8.2. Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.....	431
8.3. Imposto sobre Serviços de qualquer natureza – ISS.....	436
Capítulo IX – As Taxas no CTN	447
Capítulo X – As Contribuições de Melhoria no CTN	451

Capítulo XI – Conceito, Vigência, Interpretação, Integração e Aplicação da Legislação Tributária	454
11.1. A compreensão da expressão “legislação tributária”.....	454
11.2. O papel subalterno dos decretos do Executivo em matéria fiscal.....	455
11.3. A proteção da confiança dos atos administrativos em matéria fiscal.....	456
11.4. A impropriamente denominada coisa julgada administrativa e seus efeitos.....	457
11.5. A natureza da correção monetária e das majorações indiretas dos tributos.....	458
11.6. As práticas reiteradas das autoridades administrativas.....	458
11.7. As questões relativas aos tratados internacionais.....	459
11.8. Validade e extensão dos tratados internacionais em matéria tributária perante a Constituição Federal de 1988.....	460
11.9. A União Federal na ordem jurídica internacional e na ordem jurídica interna.....	461
11.10. A superioridade da Lei Complementar Tributária de normas gerais sobre os ordenamentos jurídicos parciais da União, dos Estados e dos Municípios.....	463
11.11. A questão do ICMS e do ISS – Possibilidade de tratado internacional, celebrado pela República Federativa do Brasil, obrigar Estados e Municípios.....	463
11.12. O controle prévio dos tratados e convenções internacionais pelo Supremo Tribunal Federal.....	465
11.13. Isenção heterônoma e isenção convencional.....	465
11.14. Os tratados na jurisprudência brasileira.....	469
11.15. A vigência no tempo e no espaço da legislação tributária.....	471
11.16. A extraterritorialidade da legislação tributária.....	473
11.17. A vigência das normas complementares do art. 100.....	474
11.18. O princípio da anterioridade no CTN.....	474
11.19. A anterioridade da lei em relação ao fato gerador.....	475
11.20. A retroatividade benigna ao contribuinte.....	477
11.21. Regras de interpretação da legislação tributária.....	480
11.22. Regras de integração da legislação tributária.....	483
11.23. A recepção do Direito Privado e a dação de efeitos fiscais próprios – O abuso das formas de Direito Privado.....	485
11.24. A rigidez do sistema brasileiro de repartição de competências tributárias – Observância do Direito Privado.....	489
11.25. A interpretação literal em Direito Tributário – Quando é aplicável.....	490
11.26. O <i>in dubio pro</i> contribuinte.....	491
Capítulo XII – A Obrigação Tributária, Sujeitos Ativos e Passivos e a Responsabilidade Tributária Segundo o Código Tributário Nacional	492
12.1. A obrigação tributária na terminologia do CTN – Obrigação principal e obrigação acessória.....	493
12.2. Tributo e multa – Crédito tributário comum.....	495
12.3. A natureza não patrimonial das obrigações acessórias – Deveres administrativos.....	495
12.4. A conversão da multa em crédito tributário.....	495
12.5. O fato gerador da obrigação principal.....	496
12.6. O fato gerador da obrigação acessória.....	497

12.7. O momento da ocorrência do fato gerador – Situações jurídicas e situações de fato – Fatos geradores “pendentes”	497
12.8. Aos tributos vinculados a atuações estatais não se aplicam as regras dos “negócios sujeitos a condições”	501
12.9. O fato gerador estremando as espécies e subespécies tributárias	501
12.10. A capacidade contributiva e o princípio da retribuição.....	502
12.11. Empréstimos compulsórios e contribuições especiais – Seus fatos geradores	503
12.12. O Direito Tributário brasileiro e a “interpretação econômica”.....	504
12.13. O sujeito ativo da obrigação tributária	506
12.14. Herança de competência tributária	507
12.15. O sujeito passivo da obrigação tributária – Contribuintes e responsáveis.....	507
12.16. O pretense sujeito passivo da impropriamente chamada obrigação acessória.....	509
12.17. A importância relativa das convenções particulares em face do dever de contribuir ..	509
12.18. A solidariedade obrigacional passiva	510
12.19. Os efeitos da solidariedade em matéria fiscal	511
12.20. Interpretação econômica ou pragmatismo fiscal?	512
12.21. A tributação dos atos ilícitos	513
12.22. O domicílio em matéria fiscal	514
12.23. Sujeição passiva direta e indireta – Substituição tributária	515
12.24. Responsabilidade tributária por transferência e por substituição.....	518
12.25. O substituto tributário como sujeito passivo direto.....	521
12.26. A responsabilidade tributária na terminologia do CTN – Falta de precisão conceitual.....	522
12.27. A questão da transferência das multas aos responsáveis	525
12.28. Síntese sobre a responsabilidade tributária no CTN	527
12.29. Responsabilidade de terceiros e multas moratórias.....	528
12.30. Responsabilidade tributária e o dever de reter tributo alheio – Distinção	530
12.31. Substituição tributária “para frente”.....	532
12.32. Créditos tributários transferíveis – Extensão e compreensão	534
12.33. A chamada responsabilidade dos adquirentes de bens imóveis.....	534
12.34. A responsabilidade dos adquirentes, remetentes e sucessores <i>inter vivos</i> ou <i>causa mortis</i> e do espólio.....	535
12.35. A chamada responsabilidade dos agentes empresariais.....	536
12.36. A responsabilidade de terceiros	539
12.37. Os casos de transferência de responsabilidade em razão de culpa ou dolo – A responsabilidade dos diretores, gerentes e administradores de pessoas jurídicas de Direito Privado	541
12.38. A tese da objetividade do ilícito fiscal	545
12.39. O erro de direito extrafiscal e o Direito Tributário punitivo.....	547
12.40. Tipos de sanção.....	549
12.41. Direito Tributário Penal ou Direito Penal Tributário?	549
12.42. O ilícito fiscal e as considerações subjetivas relativas ao agente – Atenuações.....	551
12.43. Multas confiscatórias.....	552
12.44. A personalização das multas fiscais	556
12.45. A “ponte de ouro” – Exclusão da responsabilidade pelo pagamento de multas decorrentes de infrações à legislação fiscal	556

Capítulo XIII – A Constituição do Crédito Tributário e a Disciplina do Lançamento Segundo o CTN – Tipos de Lançamento	562
13.1. O crédito tributário como parte da estrutura obrigacional	562
13.2. A obrigação tributária e o seu objeto: o crédito tributário	564
13.3. Obrigação, crédito e lançamento fiscal	564
13.4. O papel do lançamento – Ato do Estado-Administração – Primeiras conclusões	565
13.5. A obrigação tributária e as alterações do crédito tributário	567
13.6. O crédito tributário e o princípio da legalidade.....	568
13.7. O conceito de lançamento no Direito brasileiro – Diferença entre lançamento por homologação e homologação do pagamento do crédito tributário.....	569
13.8. Distinção de lançamento como ato administrativo singular e procedimentos reparatórios e revisionais do lançamento – Lançamentos provisórios e finais, impossibilidade.....	570
13.9. Lançamento e intercadência cambial	571
13.10. O lançamento como ato administrativo de aplicação da lei fiscal – Leis substantivas e adjetivas no tempo, regras de aplicabilidade	572
13.11. A revisão do ato administrativo do lançamento – As teorias declarativistas e constitutivistas.....	573
13.12. O lançamento como ato administrativo – Características – Natureza declaratória – Caráter de título executivo por falta de autoexecutoriedade – Quando o lançamento está pronto e quando é definitivo	575
13.13. As hipóteses legais que autorizam a revisão do lançamento	576
13.14. A irrevisibilidade do lançamento por erro de direito da Administração – Diferença entre revisão de lançamento e modificação de lançamento definitivo pela Administração.....	576
13.15. Renovação do lançamento por erro formal de agente da Administração – Quando é possível	581
13.16. As modalidades de lançamento no Direito brasileiro – Lançamento por declaração...	581
13.17. Lançamento feito em razão de arbitramento – Quando é possível – Restrições legais	582
13.18. Novamente os casos de revisão do lançamento – Lançamentos feitos de ofício...	585
13.19. O lançamento por homologação – Homologação expressa e tácita – Impropriedades – Os termos iniciais e finais para a efetivação de lançamentos de ofício e para a homologação de pagamentos antecipados.....	587
13.20. O valor e o desvalor do chamado lançamento por homologação ou autolancamento.....	590
 Capítulo XIV – A Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário.....	 594
14.1. A moratória e o parcelamento.....	596
14.2. O depósito do montante integral do crédito tributário	599
14.3. A concessão de medidas liminares.....	602
14.4. As reclamações e os recursos administrativos	603
 Capítulo XV – A Extinção do Crédito Tributário.....	 608
15.1. O pagamento, a forma por excelência de extinção do crédito tributário	608
15.2. O dia e o local do pagamento.....	609

15.3. Natureza jurídica do juro moratório.....	612
15.4. A consulta fiscal e seus efeitos.....	612
15.5. Responsabilidade pelo recebimento do crédito tributário – Pagamento e quitacões.....	613
15.6. Pagamento em moeda corrente, cheque ou vale-postal, em estampilha, papel selado ou processo mecânico – Os efeitos do pagamento.....	614
15.7. Pagamento sob condição – Incongruência jurídica.....	614
15.8. Imputação de pagamento.....	615
15.9. A consignação judicial do pagamento.....	616
15.10. Pagamento indevido – Repetição do indébito.....	618
15.11. Restituição de tributos indiretos dotados de repercussão jurídica obrigatória.....	618
15.12. Decadência do direito de pleitear a restituição.....	621
15.13. Prescrição da ação para anular a decisão administrativa que denega restituição ...	630
15.14. A compensação – Conceito.....	631
15.15. Tipos de compensação.....	631
15.16. A transação.....	634
15.17. A remissão.....	635
15.18. Distinção entre isenção e remissão.....	636
15.19. A prescrição e a decadência.....	637
15.20. A conversão do depósito em renda.....	643
15.21. A consignação em pagamento – Conversão da oferta de pagamento em renda ...	643
15.22. O pagamento antecipado e a “homologação do lançamento” nos termos do art. 150 e seus §§ 1º e 4º.....	644
15.23. A decisão administrativa irreformável.....	644
15.24. A decisão judicial passada em julgado.....	645
15.25. O controle da constitucionalidade das leis – O sistema misto brasileiro – Peculiaridades, efeitos e consequências relativamente às ações rescisórias.....	646
15.26. Inadmissibilidade de ação rescisória de sentença anterior à declaração de constitucionalidade pelo STF.....	648
15.27. Coisa julgada e segurança jurídica.....	649
Capítulo XVI – A Exclusão do Crédito Tributário.....	650
16.1. Impropriedade gritante.....	650
16.2. A isenção e a sua regulação no CTN.....	651
16.3. A questão da revogabilidade das isenções.....	654
16.4. Isenções autônomas e heterônomas.....	655
16.5. Diferença entre isenção, imunidade e reduções fiscais.....	655
16.6. A anistia e a sua regulação no CTN.....	655
Capítulo XVII – Garantias e Privilégios – Administração Tributária – Certidões Negativas.....	657
17.1. Prólogo – Os conceitos.....	657
17.2. A exposição do patrimônio particular.....	661
17.3. Alienação fiduciária em garantia e venda com reserva de domínio – Os escapes.....	663
17.4. Fraude à execução fiscal.....	664

17.5. Créditos tributários e juízos universais.....	666
17.6. A Fazenda Pública pode requerer a falência do devedor?.....	667
17.7. A massa falida e os créditos tributários	668
17.8. O inventário e os créditos tributários	669
17.9. A liquidação de sociedades e os créditos tributários.....	669
17.10. Término de inventário, concessão de recuperação judicial e fim de falência em face da Fazenda Pública	669
17.11. O perigo das constrições oblíquas	670
17.12. Administração Tributária	672
17.13. Administração Tributária: o poder de fiscalizar e os seus limites.....	672
17.14. O sigilo bancário	673
17.15. O sigilo bancário na Constituição Federal de 1988 – Princípios de regência à luz do entendimento do Supremo Tribunal Federal.....	675
17.16. O poder de vistoriar e de exigir documentos – Ato vinculado à lei – Motivo e finalidade.....	680
17.17. O dever de informar e os seus limites.....	680
17.18. O sigilo fiscal tendo como destinatários da norma a Fazenda Pública e os seus agentes	682
17.19. A prova emprestada no Direito Tributário	683
17.20. A fiscalização <i>manu militari</i> – Motivação e cuidados – Excesso de exação – Proibição do excesso – Responsabilidade civil do Estado	684
17.21. Dívida ativa – Certidões positivas e negativas – Os tormentos do cidadão – O valor e o desvalor jurídico do ato de inscrição em dívida ativa – Prescrição da ação de execução fiscal	687
Bibliografia	695